



CESE Info

Comité Económico e Social Europeu

Uma ponte entre a Europa e a sociedade civil organizada Julho de 2016 | PT



EDITORIAL

«We shall overcome»

Antes de mais, gostaria de expressar a minha profunda simpatia aos milhões de cidadãos britânicos que manifestaram o desejo de que o seu país permaneça membro da União Europeia. É neles que penso e na angústia terrível que

devem estar a sentir. É com grande amargura que penso que as nossas relações com o Reino Unido passarão a ser da competência da nossa Secção Especializada de Relações Externas e que, num futuro incerto, deixaremos de poder contar com todos os nossos colegas britânicos.

Penso, obviamente, nos meus amigos sindicalistas que fizeram campanha a favor da permanência da UE, mas estou convencido de que foi um empenho comum a uma grande parte da sociedade civil organizada, precisamente porque é organizada, no sentido de que não se deixa influenciar por argumentos falaciosos, senão mesmo mentiras descaradas, e porque possui o sentido da reflexão, da organização, da solidariedade e do coletivo.

São eles que têm razão: o futuro da Europa reside na paz, na justiça, na solidariedade e na fraternidade. De forma generalizada, em todo o continente e em todas as suas ilhas, e na expectativa de ser no mundo inteiro. Mais cedo ou mais tarde, inevitavelmente, a união de todos voltará e alargar-se-á mais ainda.

Quanto às mentiras, estou profundamente revoltado com a desonestidade com a qual os populistas de todos os géneros espalharam boatos de baixo nível para espicaçar a indignação dos cidadãos menos informados, chegando mesmo a prometer-lhes medidas sociais alegadamente possibilitadas pela saída da UE, quando estavam conscientes de que estas não tinham qualquer fundamento e de que eles próprios não as poderiam concretizar. Estou profundamente consternado por utilizarem o mal-estar social como argumento principal para levar as pessoas por caminhos que conduzem exatamente ao que há de menos social: à xenofobia e à rejeição da solidariedade. Isso tem que acabar. E é claro que tal está a acontecer em todos os nossos países, não apenas no Reino Unido.

Espero que o provérbio antigo, por muito cruel que seja, venha a fazer sentido para nós: οὐδὲν κακὸν ἀμικρὸς καλοῦ (não há mal que não venha por bem). Tal é a essência da esperança, e nós precisamos de esperança. Infelizmente, talvez fosse necessário à Europa atravessar esta provação para começar finalmente a fazer aquilo que eu lhe peço em vão há vários anos: converter-se numa Europa abertamente social, cuidar antes de mais dos seus cidadãos e assegurar-se que estes estão disso conscientes. De forma inequívoca, sem complexos. Esperamos que não seja preciso que a Europa passe por uma segunda provação do mesmo género para que se decida a agir, e que sofra o menos possível pelo menos tempo possível.

Tenho afirmado muitas vezes que o projeto europeu é um projeto generoso, inteligente e nobre. Tenho afirmado muitas vezes que devemos saudar a coragem dos homens e mulheres que o lançaram, no rescaldo de uma guerra atroz acompanhada de um cortejo de crimes monstruosos, baseados no egoísmo, no racismo, no ódio, na crueldade e no extremismo. Tiveram a genialidade de iniciar este processo pelo carvão e pelo aço, pela via económica, vislumbrando, porém, algo muito maior, e estabelecendo uma estrutura de consulta social que prefigurava a do nosso Comité. Estou convicto de que é urgente retornar, desde já, aos princípios fundamentais do projeto, que figuram nos nossos Tratados, e isto não é, de modo algum, uma visão nostálgica ou voltada para o passado: são os princípios fundadores do futuro, os únicos capazes de nos fazer sair deste marasmo. A única coisa que eu mudaria, neste momento, seriam as prioridades assumidas. Para combater o populismo, para eliminar o sentimento de frustração das faixas da população mais vulneráveis dos nossos países, é preciso dar a máxima prioridade aos aspetos sociais. Podem ter a certeza de que tal não significa que devemos deixar de lado a vertente económica, devendo o nosso próprio Comité permanecer tão económico quanto social.

Afirmei sem rodeios que este referendo não era oportuno, que não foi devidamente organizado, e sobretudo que iria inevitavelmente provocar de forma cruel um fosso terrível na sociedade de um dos nossos países. Com efeito, afirmei-o em inglês, porque fi-lo numa publicação de uma organização britânica representada no nosso Comité. Teria sido muito mais honesto – e provavelmente mesmo mais inteligente – que os dirigentes do Reino Unido, em vez de jogarem esta cartada sem deixar de bloquear os progressos da União e de negociar derrogações de todos os géneros, começassem a trabalhar eles próprios para tornar a União mais solidária e mais social.

Cabe agora aos dirigentes britânicos executar o mandato que o seu povo lhes deu, e tal rapidamente. Quando não, não só viveremos todos numa perigosa incerteza, mas isso beneficiará também os necrófagos que, em todos os nossos países, inevitavelmente imputarão o incumprimento dos resultados do referendo a um conluio hipócrita entre a «classe política» nacional e «elite eurocrata», independentemente do que tenham dito o Parlamento, o Conselho e a Comissão.

Em qualquer dos casos, uma coisa deve ficar clara: quer na pendência da execução desse mandato, quer durante o período de ausência ou após o regresso à União: «nunca mais». Nunca mais devemos voltar a ser confrontados com qualquer tipo de chantagem contínua de um Estado sobre os outros, qualquer que ele seja, que possa comprometer os progressos da União no sentido da solidariedade social e regional ou da eficiência económica e financeira.

«We shall overcome» – Venceremos.

Georges Dassis
Presidente do CESE

A travessia ilegal vai continuar – Relatório do CESE sobre os refugiados na Turquia

No âmbito das suas missões de estudo e de informação sobre os migrantes e refugiados (ver edição de abril do *CESE Info*), o CESE, representado por Manthos Mavrommatis (Grupo dos Empregadores), José Antonio Moreno Diaz (Grupo dos Trabalhadores) e Panagiotis Gkofas (Grupo dos Interesses Diversos), realizou uma missão de três dias à Turquia (entre 9 e 11 de março) para se encontrar com as autoridades e organizações da sociedade civil que trabalham com migrantes. O relatório da missão do CESE contém 13 recomendações práticas para lidar com a atual situação. De acordo com este relatório, a travessia ilegal não cessará enquanto houver guerra na Síria. Dar proteção às pessoas que a procuram é uma preocupação central, que requer uma abordagem da UE baseada nos direitos quando da celebração de acordos com a Turquia ou qualquer país terceiro. O relatório inclui igualmente as seguintes conclusões:

- **Estatuto da Turquia como país terceiro seguro:** algumas organizações da sociedade civil não estão certas de a Turquia poder ser considerada como tal, uma vez que muitas pessoas que necessitam de proteção internacional foram deportadas para o seu país de origem apesar de correrem risco de vida.
- **Poucas possibilidades de integração.** Por força da limitação geográfica aplicada pela Turquia à Convenção de Genebra, os sírios só podem beneficiar de proteção temporária e as pessoas de outras nacionalidades podem obter apenas proteção subsidiária por motivos humanitários. A integração no mercado de trabalho e o reagrupamento familiar continuam a constituir um problema.
- **Direitos sociais limitados para os refugiados.** Não podem requerer uma autorização de trabalho e dependem

dos empregadores, que não têm qualquer incentivo para os empregar, pois a legislação turca obriga-os a contratar um certo número de turcos por cada estrangeiro. Os cidadãos não sírios têm de viver em «cidades-satélite», o que restringe a sua liberdade de circulação e as oportunidades de emprego. A maioria das crianças refugiadas que vivem fora dos campos abandona a escola para trabalhar.

- **O combate à introdução clandestina de pessoas é limitado.** Embora tenha aumentado o número de agentes, embarcações e equipamentos disponíveis para combater a introdução clandestina de pessoas, a taxa de condenações é muito reduzida.

O relatório integral está disponível em: [http://www.eesc.europa.eu/?i=portal.en.refugee-crisis-mission-reports.\(mm\)](http://www.eesc.europa.eu/?i=portal.en.refugee-crisis-mission-reports.(mm))



Guarda de Fronteiras da UE: direito de intervenção e prioridade à proteção dos direitos fundamentais

Melhorar a gestão das fronteiras externas da UE já não só é um objetivo – é um imperativo urgente, afirma o CESE num parecer adotado na plenária de maio (relator: Giuseppe Iuliano; correlator: Cristian Pirvulescu). Essa melhoria não deve, porém, prejudicar os direitos humanos fundamentais, com destaque para o direito de asilo e o direito à livre circulação dos cidadãos da UE.

Há que conceber uma nova forma de gerir as fronteiras em concomitância



© FRONTEX 2016

com a transformação da Agência Frontex numa «Guarda de Fronteiras Europeia» com caráter de polícia civil. Esta agência

>>> p. 2

Impacto das novas relações laborais exige avaliação cabal, defende o CESE

Desde a crise financeira, proliferaram novas modalidades de contratos de trabalho e de relações laborais, que incluem os contratos sem especificação do horário de trabalho, os «mini-empregos» e o trabalho através de intermediários em linha. É sem dúvida necessário fomentar a inovação e a criatividade, mas as novas modalidades de relações laborais também vieram aumentar o grau de incerteza profissional para muitos trabalhadores. A consequência? Um mercado de trabalho desigual, afirma o CESE no parecer que adotou sobre este tema na plenária de maio (relatora: Kathleen Walker Shaw).

O CESE defende que é necessário avaliar e examinar devidamente o verdadeiro impacto destas novas relações laborais nas normas de trabalho, nos sistemas

de segurança social e no salário digno. Cumpre também adaptar os modelos de proteção social de modo a abranger formas atípicas de emprego. Há que ter estes aspetos em conta no desenvolvimento do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Uma melhor compreensão da natureza do trabalho e das relações laborais em mutação deverá traduzir-se numa política de emprego da UE mais eficaz. O CESE acredita, por exemplo, na importância de dar prioridade à formação ao longo da vida, à requalificação e à melhoria das competências para garantir que todos os trabalhadores estão aptos a competir com sucesso num mercado de trabalho globalizado e de alta tecnologia.

Impõem-se ainda pesquisas mais aprofundadas para identificar grupos vulneráveis, bem como para abordar questões relativas à responsabilidade em caso de acidentes e a danos ou falhas de serviço no contexto das plataformas em linha, da colaboração coletiva (o chamado «crowdsourcing») e de outras novas formas de trabalho por conta própria.

A participação da sociedade civil e dos parceiros sociais é fundamental para garantir que a Comissão Europeia adota disposições apropriadas à proteção tanto dos trabalhadores como dos empregadores. (cad)



Continuação da p. 1

Guarda de Fronteiras da UE: direito de intervenção e prioridade à proteção dos direitos fundamentais

Todavia, o CESE não apoia a proposta da Comissão Europeia de estabelecer controlos sistemáticos dos cidadãos da UE nas fronteiras externas da União Europeia, visto que tal afetaria de modo profundo o direito fundamental à livre circulação.

O CESE está particularmente alarmado com o drama vivido por milhares de menores não acompanhados abandonados à sua sorte e desprovidos de proteção. Insta, por isso, a Comissão a adotar com urgência medidas que os protejam e exorta as atuais autoridades fronteiriças a se compenetrarem da sua obrigação de prestar assistência. (cad)

JORNADAS DA SOCIEDADE CIVIL 2016: Diálogo e solidariedade a nível da UE essenciais para uma Europa próspera e pacífica

Representantes de organizações da sociedade civil europeia reuniram-se em Bruxelas, em 31 de maio e 1 de junho, para as «**Jornadas da Sociedade Civil 2016**», organizadas pelo CESE. No centro do debate esteve a migração, incluindo os desafios e as mudanças que esta traz à sociedade europeia.

«A mobilização civil tem a capacidade de alterar o curso da história. O papel fulcral que as organizações da sociedade civil desempenharam na recente crise das migrações é a prova de que é possível alcançar com o apoio dos cidadãos», afirmou **George Dassis**.

Gesine Schwan partilhou esta opinião: «Os cidadãos da Europa têm uma mentalidade muito mais aberta e justa do que os governos europeus pretendem fazer crer. Para evitar um recuo face à pressão das forças de direita e travar a erosão da solidariedade na Europa, temos de participar no diálogo social e precisamos de um movimento democrático que envolva os municípios locais e as organizações da sociedade civil».

Os participantes debateram vários aspetos da migração: juventude e educação, integração social, erradicação das causas da migração, liberdade de expressão, a vida em conjunto ou em paralelo nas sociedades e a livre circulação na UE. (sma)

O CESE: uma voz influente na configuração da futura política urbana da UE

Os ministros da UE responsáveis pelos Assuntos Urbanos reuniram-se em Amsterdão, em 30 de maio de 2016, para adotar a nova Agenda Urbana da UE, tendo o CESE sido bem representado por Joost van Iersel, presidente da Secção ECO do CESE, e por Roman Haken, relator do parecer sobre «O futuro da Agenda Urbana da UE da perspetiva da sociedade civil». A sua participação confirmou a continuação do papel fulcral do CESE na configuração da Agenda Urbana da UE.

A Agenda Urbana da UE visa estabelecer uma nova forma de cooperação a vários níveis entre os Estados-Membros, as regiões, os municípios, a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu, os órgãos consultivos da UE (CESE e CR), o BEI e outros intervenientes pertinentes, a fim de reforçar a dimensão urbana das políticas da UE. Concebida para estimular a inovação e o crescimento, a agenda influenciará diretamente a vida dos 80% de cidadãos europeus que viverão em municípios e cidades até 2050.



© Shutterstock-Khakhimulin Aleksandr

O CESE tem insistido com sucesso no reconhecimento das cidades como parceiros valiosos para a integração europeia, na participação em pé de igualdade das organizações da sociedade civil na execução da nova Agenda Urbana e na aceitação das parcerias público-privadas como modelos para financiar projetos urbanos. (cad)

A economia colaborativa promete inúmeros benefícios mas, para ganhar confiança, tem de ser regulamentada

O volume de negócios mundial da economia da partilha está estimado em cerca de 17,8 mil milhões de euros, prevendo-se um rápido crescimento anual até 2025. Em resposta a um pedido da Presidência neerlandesa, o CESE adotou um parecer sobre «A economia da partilha e a autorregulação» que insta a UE a «urgente definir um quadro jurídico claro e transparente em que estas atividades se devem desenvolver e atuar no espaço europeu».

Novos modelos de negócio, tais como a economia colaborativa, colocam questões regulamentares que devem ser resolvidas de forma a ser possível concretizar os benefícios sociais. Em particular, devem respeitar

a legislação nacional e da UE aplicável. As principais questões incluem direitos dos trabalhadores, tributação, proteção de dados e privacidade, direitos sociais, concorrência leal e luta contra os monopólios e práticas anticoncorrenciais. Há que examinar com atenção o leque de intercâmbios realizados nas plataformas criadas para facilitar a economia da partilha.

O parecer apela igualmente à proteção dos direitos de todos os parceiros que atuam na economia partilhada, incluindo do *prosumer* (produtor-consumidor). O CESE insta a Comissão a publicar, sem mais demoras, a **Agenda Europeia para a Economia Colaborativa**, que já tarda. (sg)

Presidente do Conselho Económico, Social e Ambiental francês participa na reunião plenária do CESE

Em 26 de maio, Patrick Bernasconi, presidente do Conselho Económico, Social e Ambiental francês,



Georges Dassis, presidente do CESE, e Patrick Bernasconi, presidente do Conselho Económico, Social e Ambiental francês

proferiu um discurso no CESE sobre o tema «Os conselhos económicos e sociais face às expectativas da sociedade civil europeia» e participou nos debates dos conselheiros do CESE sobre esta questão, de importância fundamental para os cidadãos europeus e os representantes das suas organizações a todos os níveis.

«Num contexto de crise na Europa, caracterizada por uma grande desconfiança dos cidadãos face à classe política, os conselhos económicos, sociais e ambientais têm um papel decisivo a desempenhar no quadro do diálogo civil e do debate democrático, quer a nível nacional quer europeu», afirmou Georges Dassis na reunião plenária.

«É essencial reforçar o diálogo e a cooperação entre as nossas duas assembleias, uma vez que os temas chave para a vida das pessoas, que trabalham no domínio social, económico e ambiental, encontram sistematicamente ressonância a nível europeu e até internacional», declarou Patrick Bernasconi. (cad)

Alargamento da cooperação CESE-CESA

Em 15 de junho de 2016, o CESE recebeu uma delegação do Conselho Económico, Social e Ambiental francês (CESA) para um intercâmbio de informações sobre os transportes e a energia, os negócios estrangeiros e o programa Horizonte 2020.

Esta iniciativa inscreve-se no âmbito do aprofundamento das relações entre as duas instituições, almejado por Georges Dassis, presidente do CESE, e por Patrick Bernasconi, presidente do CESA francês.

Assistidos pela Unidade das Relações Interinstitucionais e com os CES Nacionais (REL) do Comité Económico e Social Europeu, Pierre-Jean Coulon, presidente da Secção TEN, José-María Zufiur Narvaiza e Jonathan Peel, vice-presidentes da Secção REX, e Etele Baráth, presidente do Comité de Pilotagem para a Estratégia Europa 2020, travaram um longo diálogo com os membros da delegação francesa liderada por Jean-Marie Cambacérés, presidente da Secção dos Assuntos Europeus e Internacionais do CESA francês. (cc)

PRÉMIO DA SOCIEDADE CIVIL 2016

O CESE recompensa a excelência em iniciativas no domínio da migração

A edição de 2016 do Prémio CESE para a Sociedade Civil recompensará iniciativas levadas a cabo por organizações da sociedade civil e/ou cidadãos para melhorar a vida dos migrantes e favorecer a sua integração na sociedade, promovendo, por conseguinte, os valores europeus e a coesão.

Mais concretamente, o Prémio será atribuído a iniciativas já implementadas ou ainda em curso e que cumpram um ou mais dos seguintes critérios:

- dar resposta às primeiras necessidades dos migrantes e refugiados e providenciar-lhes assistência imediata;
- prestar serviços de apoio social, alojamento e saúde;
- oferecer ajuda e conselhos práticos;
- lutar contra a xenofobia, o racismo e a discriminação;
- combater a exploração e promover o respeito mútuo;
- sensibilizar para os direitos e obrigações;
- proporcionar formação aos nacionais de países terceiros e às comunidades de acolhimento.



A lista completa dos requisitos e o formulário de candidatura encontram-se disponíveis no sítio Web do CESE – Prémio CESE para a Sociedade Civil 2016. As candidaturas devem ser enviadas diretamente ao CESE.

O prémio, no valor total de 50 000 euros, será atribuído em 15 de dezembro de 2016, e está aberto às organizações da sociedade civil, registadas oficialmente na UE, que operem a nível europeu, nacional, regional ou local. Está igualmente aberto a indivíduos.

O prazo para a apresentação de candidaturas termina em 9 de setembro de 2016.

BREVEMENTE NO CESE

© Yaro M. Kupčo



Yaro M. Kupčo: Reflexos da Eslováquia 13.7 – 16.9.2016, edifício JDE, Atrium 6

Para assinalar o início da Presidência eslovaca da UE, o CESE organizará uma exposição de fotografias de **Yaro M. Kupčo**, artista e fotógrafo eslovaco. Fotografando exclusivamente com máquinas fotográficas tradicionais, capta naturezas mortas e paisagens panorâmicas que são posteriormente viradas a sépia e ouro puro.

A exposição, organizada em colaboração com a Representação Permanente da República Eslovaca junto da UE e a associação sem fins lucrativos «Slovaks in Luxembourg», será inaugurada em 13 de julho, às 19 horas, por **Ivan Korčok**, secretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Assuntos Europeus da Eslováquia. **Róbert Ragan Junior** e **Martin Uherek** assegurarão o acompanhamento musical. (jp)

Importância do papel a desempenhar pelos atores económicos e sociais no quadro após Cotonu

Necessidade de uma nova parceria UE-ACP que permita à sociedade civil ocupar um lugar de vanguarda



Georges Dassis, presidente do CESE, com Joseph Chilengi, presidente do Conselho Económico, Social e Cultural da União Africana (ECOSOCC), e o Comissário Neven Mimica

Na reunião plenária do CESE de maio foram apresentadas recomendações para reformular os mecanismos de comércio, ajuda e desenvolvimento da UE, a fim de os tornar mais eficazes na resposta aos desafios atuais e futuros que se colocam às relações com os Estados

da África, das Caraíbas e do Pacífico (países ACP). Estas recomendações serão tomadas em consideração no novo quadro que substituirá o Acordo de Parceria de Cotonu, que expira em 2020.

A fim de concretizar eficazmente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e obter melhores resultados para os cidadãos dos países ACP e da UE, o CESE apela à adoção de um novo quadro que reconheça a importância da participação da sociedade civil no processo de desenvolvimento. O CESE considera que o papel da sociedade civil deve consistir também em acompanhar e avaliar o impacto da aplicação do futuro acordo, que deverá dispor do apoio financeiro necessário.

Durante o debate do CESE com Joseph Chilengi, presidente do Conselho Económico, Social e Cultural da União Africana (ECOSOCC), e o Comissário Neven Mimica, foram abordadas a prioridade que a UE atribui aos países ACP e a necessidade de mudar o paradigma, passando da negociação para o diálogo, dada a universalidade dos desafios com que se deparam a UE e os países ACP. (mm)

O CESE define a sua estratégia para fazer da UE um vizinho melhor

É necessária uma reforma urgente para garantir que a política europeia de vizinhança (PEV) da UE é um instrumento eficaz de cooperação transfronteiras. A PEV foi lançada em 2004 com o intuito de desenvolver os interesses e valores comuns com os países vizinhos a sul e a leste da UE e de promover a cooperação política e económica, mas a sua abordagem de «solução única para todos» não tem sido capaz de ter em conta ou lidar com a fragmentação que se vive em ambas as regiões.

No seu parecer sobre a proposta da Comissão para uma revisão da PEV, adotado na reunião plenária de maio, o CESE apela a uma abordagem mais proativa e dinâmica, centrada na estabilização regional e na intensificação do diálogo social e civil. «É um facto que a UE tem sido confrontada com desenvolvimentos adversos e, por vezes, dramáticos nas regiões vizinhas, tanto a sul como a leste, mas a falta de visão não ajudará a sair do impasse. Propomos a definição de uma nova agenda da PEV, arrojada e dinâmica, incluindo a perspectiva de adesão à UE de alguns países parceiros que têm semelhante aspiração e dispõem de capacidade e disponibilidade para cumprir os requisitos», afirmou o relator do CESE, Andrzej Adamczyk. (mm)

«Uma esperança para a Europa! Cultura, cidades e novas narrativas»:

A cultura como 4.º pilar do desenvolvimento sustentável



Luca Jahier, presidente do Grupo dos Interesses Diversos, a intervém na conferência

Pelo Grupo dos Interesses Diversos

Em 20 e 21 de junho, o Grupo dos Interesses Diversos do CESE realizou uma conferência intitulada «Uma esperança para a Europa! Cultura, cidades e novas narrativas», organizada em parceria com o Bozar e a Comissão da Cultura e da Educação do Parlamento Europeu.

A conferência acolheu mais de 200 participantes e salientou o enorme potencial da cultura para se tornar um instrumento de unificação e mobilização na Europa. Numa altura em que o extremismo continua a aumentar e em que os nossos cidadãos questionam a sua identidade comum, mais do que nunca desde 1945, é chegado o momento de colocar a cultura e as políticas culturais no cerne da agenda política europeia, de investir no setor e de apoiar a multiplicidade de intervenientes na gestão cultural. Chegou o momento de incluir a cultura nas relações externas da Europa enquanto instrumento de «poder persuasivo» e de promover a cultura como o 4.º pilar do desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, o Grupo dos Interesses Diversos encomendou um estudo, apresentado nesta conferência, que se centrou nas seguintes questões: A cultura pode ajudar-nos a ultrapassar as crises sistémicas, políticas e identitárias que abalam atualmente a UE? Que papel podem a cultura e as cidades desempenhar no reforço da coesão social e territorial, no diálogo participativo e na construção de confiança nas nossas sociedades complexas? Poderá a cultura trazer esperança, novas narrativas e um segundo renascimento à Europa?

Conforme concluiu Luca Jahier, presidente do Grupo dos Interesses Diversos, precisamos de uma narrativa renovada e vigorosa para a Europa, capaz de redefinir o nosso futuro. A cultura pode contribuir para criar a esperança de que necessitamos para o nosso futuro, para o desenvolvimento e progresso sustentáveis no nosso continente e para uma narrativa que seja convincente e inspiradora para todos nós. (cl)

Mesa-Redonda UE-China termina com uma declaração conjunta sobre a inovação, o desenvolvimento rural, a estratégia «Uma Cintura, Uma Rota» e o investimento

A 14.ª Mesa-Redonda UE-China, organizada pelo CESE em 18 e 19 de maio, reconheceu que os objetivos da Estratégia Europa 2020 são compatíveis com o 13.º plano quinquenal da China. Os participantes concordaram que a estratégia de desenvolvimento da China «Uma Cintura, Uma Rota» tem de ser transformada numa realidade mais tangível e compreensível para todas as partes, nomeadamente para a sociedade civil. A reunião centrou-se igualmente no tema

da inovação e do desenvolvimento económico nas zonas rurais, tendo sido abordadas questões relacionadas com as infraestruturas, o investimento e a criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas (AIIB).

Georges Dassis, presidente do CESE, assinalou que «a relação entre as duas regiões se tem expandido e desenvolvido, assim como as relações entre o CESE e o

Conselho Económico e Social chinês. A partilha mútua de experiências contribui para um desenvolvimento informado e equilibrado das relações gerais».

Yang Yanyi, embaixador da China, declarou que «os trabalhos empreendidos por ambas as sociedades no sentido de reformar e desenvolver as nossas economias andam a par. Por conseguinte, congratulamo-nos com os esforços envidados hoje por ambas as partes para recolher conhecimentos especializados sobre estes temas importantes».

«As organizações da sociedade civil contribuem para a realização da Agenda Estratégica para a Cooperação UE-China 2020, para a legitimidade das instituições públicas e, por conseguinte, para a melhoria da legislação», acrescentou Gunnar Wiegand, diretor executivo do SEAE para a Ásia. (mm)

Promover a inovação e a indústria na Europa

Pelo Grupo dos Empregadores

Empresas, indústria e universidades – estreitar os laços traz benefícios a todos e há vários fatores suscetíveis de promover a inovação. Foi a esta conclusão que chegaram os participantes no seminário sobre o tema «Promover a inovação e a indústria na Europa», realizado em 16 de junho, em Cambridge. Representantes do mundo académico e de empresas de alta tecnologia inovadoras tentaram identificar os fatores necessários para estimular a inovação na UE.

Promover a área das CTM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática) no ensino é fundamental para estimular a inovação, tendo em conta a escassez crónica de engenheiros altamente qualificados e especializados no mercado de trabalho da UE.

Salientou-se ainda que a não aceitação do fracasso é um outro obstáculo à inovação na Europa. Os oradores também criticaram o excesso de burocracia, especialmente nas candidaturas aos fundos da UE para a investigação.

«Cambridge foi escolhida como o local deste evento pela predominância de investigação e ensino de excelente qualidade. Cambridge é um verdadeiro centro de excelência europeu – e mesmo mundial», declarou Brenda King, conselheira britânica do Grupo dos Empregadores.

À margem do seminário, organizado pelo Grupo dos Empregadores do CESE, em parceria com a Cambridge Network, realizaram-se visitas de estudo aos parques científicos inovadores de Cambridge. (lj)



Uma UE que trabalha para os trabalhadores: a nossa alternativa ao euroceticismo e ao nacionalismo

Pelo Grupo dos Trabalhadores

Em 31 de maio de 2016, o Grupo dos Trabalhadores organizou uma reunião extraordinária em Haia, nas instalações do Conselho Económico e Social dos Países Baixos (SER), que, entre outros aspetos, constituiu uma oportunidade de avaliar a Presidência neerlandesa da UE, em fase de conclusão.

Após as alocações introdutórias pela presidente do SER, Mariëtte Hamer, e a presidente do Grupo dos Trabalhadores do CESE, Gabriele Bischoff, um dos principais temas de debate foi o futuro do pilar europeu dos direitos sociais, uma iniciativa sobre a qual a Comissão

Europeia lançou recentemente uma consulta pública. Os sindicatos consideram que esta iniciativa é crucial para o desenvolvimento da UE, tendo em conta as tendências de euroceticismo que estão a pôr em causa a sua existência.

A sessão da tarde incidiu sobre o risco do euroceticismo e nacionalismo crescentes, tendências sentidas pelos Países Baixos no decurso do referendo neerlandês sobre o Acordo de Associação UE-Ucrânia. Jornalistas, sindicalistas e académicos de vários países da UE debateram os efeitos destes fenómenos – que podem comprometer

seriamente o acervo social a nível nacional e europeu – sobre os direitos sindicais e dos trabalhadores. Os impactos já se fazem sentir em diversos países, nomeadamente no Reino Unido, onde o governo está a promover legislação muito contrária aos sindicatos.

No encerramento da reunião, Gabriele Bischoff destacou que a Europa deve proporcionar um projeto positivo aos trabalhadores e aos cidadãos, e convidou os sindicatos a chegarem até aos trabalhadores que se consideram marginalizados e ignorados pelos grupos políticos tradicionais. (mg)



NOVA BROCHURA

Prioridades do CESE durante a Presidência eslovaca

Pela primeira vez desde a sua adesão, a Eslováquia assumiu, em 1 de julho, a Presidência do Conselho. A brochura do CESE publicada para a ocasião apresenta as prioridades da Presidência eslovaca, as da sociedade civil europeia, os membros eslovacos do CESE, bem como algumas informações essenciais sobre a Eslováquia.



Brochura de 16 páginas, em EN, FR, DE, SK: <http://www.eesc.europa.eu/?i=portal.fr.publications.39747>

Migração, uma história de dois mundos



Luca Jahier, presidente do Grupo dos Interesses Diversos, no Global Media Forum da Deutsche Welle, em Bona

O CESE no Global Media Forum da Deutsche Welle, em Bona

No dia 15 de junho, no *Global Media Forum* da Deutsche Welle, o CESE organizou o painel dedicado ao tema «Migração, uma história de dois mundos», moderado por **Michael Meyer**, antigo diretor da comunicação de Ban Ki-moon. **Prince Wale Soniyiki** e **Suhrab Balkhi**, dois refugiados da Nigéria e do Afeganistão, respetivamente, contaram as histórias comoventes da sua fuga e descreveram as hostilidades com que foram confrontados nos respetivos países de acolhimento. **Mona Hemmer** falou sobre a sua aldeia, que conseguiu acolher cem refugiados

iraquianos e afegãos, e classificou essa experiência como enriquecedora para todos, apesar das dúvidas e resistências iniciais.

Segundo **Alexandra Förderl-Schmid**, chefe de redação do jornal austríaco *Der Standard*, é importante que os jornalistas mantenham uma imparcialidade profissional quando informam sobre o tema da migração. «Temos de relatar casos como os de Prince e Suhrab, mas também não podemos ignorar as possíveis repercussões negativas da migração».

Luca Jahier, presidente do Grupo dos Interesses Diversos do CESE, salientou que «foi a sociedade civil que salvou a Europa durante a crise das migrações». O CESE pretende responder aos receios crescentes na Europa através de propostas concretas dirigidas às instituições da UE e aos Estados-Membros, com base nas onze missões de informação que realizou aos Estados-Membros da UE e à Turquia. Para além do debate no painel, o vice-presidente do CESE, **Gonçalo Lobo Xavier**, dirigiu-se à plenária sobre a aplicação universal dos ODS e o papel da economia. (sma)

Dia de Portas Abertas 2016 das instituições da UE



Em 28 de maio, à semelhança das outras instituições da UE, o CESE abriu as suas portas ao público. Vinte dos seus conselheiros e 75 funcionários acolheram 2 424 visitantes que puderam trocar pontos de vista com os conselheiros do CESE e participar nas numerosas atividades familiares propostas. O tema principal deste ano foi «**Unida na diversidade**».

Os visitantes, convidados a votar sobre temas que consideravam prioritários, manifestaram-se especialmente interessados na **crise migratória** (em particular, na **criação de um Sistema Europeu Comum de Asilo, no apoio aos refugiados nos países vizinhos das zonas de conflito, na definição de políticas de integração através do ensino e da formação**) e na **energia** (especificamente

na **criação de um sistema energético hipocarbónico**).

Tiveram igualmente oportunidade de testar os seus conhecimentos sobre o CESE e a UE, mas também sobre assuntos financeiros, graças a uma «roda da sorte» gerida pelo balcão dedicado à economia. No que diz respeito ao ambiente, o problema da obsolescência programada foi abordado com intervenientes no terreno, que responderam às perguntas dos visitantes.

Os conselheiros do CESE também participaram em vários eventos organizados em outras cidades europeias, durante o mês de maio, para comemorar a Europa – **Paris, Budapeste, Praga, Génova e Luxemburgo** – com o objetivo de dar a conhecer melhor o seu trabalho aos europeus. (dm)

O CESE e a sociedade civil: A Europa com os pés bem assentes na terra (agrícola)

Gonçalo Lobo Xavier, vice-presidente do CESE responsável pela Comunicação, visitou em 11 de junho a Feira Nacional de Agricultura, realizada anualmente em Santarém, Portugal, e participou, nesta ocasião, no painel dedicado ao tema «A importância da sociedade civil na Europa», organizado conjuntamente por **Luís Mira**, membro do Grupo dos Trabalhadores, **João Dias da Silva**, membro do Grupo dos Empregadores, e **Margarida Marques**, secretária de Estado dos Assuntos Europeus de Portugal.

Os oradores falaram perante uma grande audiência de agricultores e representantes do poder local portugueses, dando a sua perspetiva sobre a forma como o trabalho

do CESE se repercute nas organizações e nos sindicatos em Portugal.

Gonçalo Lobo Xavier apresentou brevemente o papel do CESE e explicou as iniciativas e os trabalhos em curso para reforçar a importância da sociedade civil organizada na Europa.

Margarida Marques destacou a importância que o Governo português atribui ao CESE, e propôs várias iniciativas no sentido de intensificar a cooperação entre eles, nomeadamente reuniões a nível nacional e da UE, a fim de dar voz à sociedade civil e de lhe conferir maior visibilidade junto da opinião pública portuguesa. (mr)

Presidente Georges Dassis reúne-se com Presidente François Hollande em prol de uma Europa reforçada

Em 10 de junho, o presidente do CESE, **Georges Dassis**, visitou o Palácio do Eliseu, a convite do presidente da República Francesa, onde defendeu o apelo de 9 de maio em prol de um renascimento europeu, juntamente com oito outros coassinatários – **Lionel Baier**, **Mercedes Bresso**, **Daniel Cohn-Bendit**, **Guillaume Klossa**, **Maria João Rodrigues**, **Roberto Saviano**, **Gesine Schwan**, **Guy Verhofstadt**, e **Philippe**

de Buck, membro do CESE (Grupo dos Empregadores).

«Confio plenamente no apoio do Presidente François Hollande para promover estas propostas e congratulo-me com o seu convite, que constitui o início de um movimento mais amplo de reflexões e ações dos chefes de Estado e de Governo», sublinhou **Georges Dassis**. «O apelo é claro: o interesse geral não se limita



©presidência de la République - Bonnet

à soma dos interesses nacionais. É esta a minha convicção, enquanto europeu empenhado que luta para que os cidadãos da União se sintam cada vez mais próximos. Juntos, com a nossa diversidade, construiremos um futuro de prosperidade e paz». (cad)

À descoberta do CESE com o jogo R EU Ready?

O CESE desenvolveu um jogo educativo intitulado *R EU Ready?* que permite aos jovens desempenhar o papel de membros do CESE em Bruxelas.

O jogo tem por objetivo aproximar a União – e portanto o CESE – dos cidadãos, dando-lhes a oportunidade de aprender de forma lúdica o que é a UE e o lugar que o CESE ocupa nesse contexto.

Este jogo educativo está disponível em todas as línguas da UE na página do



Facebook correspondente (*R EU Ready*) ou no sítio Internet do CESE (versão Web), podendo também ser descarregado a partir da Apple Store e do Google Play.

Para mais informações, consultar o nosso folheto: *R EU Ready?* Comité Económico e Social Europeu (jp)

Reunião conjunta do Grupo da Comunicação do CESE e dos pontos de contacto no Porto

Em 2 e 3 de junho de 2016 teve lugar uma reunião conjunta do Grupo da Comunicação do CESE e dos pontos de contacto, presidida pelo vice-presidente do CESE, **Gonçalo Lobo Xavier**, e organizada pelo presidente da Câmara Municipal do Porto, **Rui Moreira**.

A reunião teve início com uma apresentação de **José Manuel Fernandes**, jornalista do jornal português *Observador*, sobre «Os meios de comunicação social em Portugal», seguida de intervenções de **João Tatá**, chefe da Representação da Comissão Europeia em Portugal, sobre a «Estratégia

da Comissão para a Comunicação», e de **Luís Planas**, secretário-geral do CESE, sobre as «Prioridades políticas do Secretariado



do CESE». A ordem do dia incluía ainda um painel de debate sobre o papel dos pontos de contacto para a comunicação, em que os membros do CESE apresentaram boas práticas.

O resultado da reunião foi a redefinição das prioridades de comunicação, centrando-se mais na promoção dos domínios de política do que na organização propriamente dita e na utilização das possibilidades da iniciativa «Going Local», de acordo com as orientações. (mr)

CESE Info em 23 línguas: <http://www.eesc.europa.eu/?i=portal.en.eesc-info>

Editores:

Alun Jones (editor-chefe)
Daniela Marangoni (dm)

Colaboraram nesta edição:

Caroline Alibert-Deprez (cad)
Cédric Cabanne (cc)
Csila Gergely (cg)
Chloé Lahousse (cl)
Daniela Marangoni (dm)
Francisco Soriano (fs)
Jonna Pedersen (jp)
Leszek Jarosz (lj)
Margarita Gavanias (mg)
Margarida Reis (mr)
Milen Minchev (mm)
Siana Glouharova (sg)
Sílvia M. Aumair (sma)

Coordenação geral:

Agata Berdys (ab)

Data do fecho desta edição: 1 de julho de 2016

Endereço:

Comité Económico e Social Europeu
Edifício Jacques Delors, Rue Belliard, 99, B-1040
Bruxelas, Bélgica
Tel. +32 2 546 94 76
Fax: +32 2 546 97 64
Correio eletrónico: eescinfo@eesc.europa.eu
Sítio Internet: <http://www.eesc.europa.eu/>

O *CESE Info* é publicado nove vezes por ano, por ocasião das reuniões plenárias do CESE.

As versões impressas do *CESE Info* em alemão, inglês e francês podem ser obtidas gratuitamente junto do Serviço de Imprensa do Comité Económico e Social Europeu.

Além disso, o *CESE Info* encontra-se disponível em 23 línguas, em formato PDF, no sítio Web do Comité:

URL: <http://www.eesc.europa.eu/?i=portal.en.eesc-info>

O *CESE Info* não pode ser considerado como o relato oficial dos trabalhos do CESE, que se encontra no Jornal Oficial da União Europeia e noutras publicações do Comité.

A reprodução, com menção do *CESE Info* como fonte, é autorizada (mediante envio de cópia ao editor).

Tiragem: 5 800 exemplares.

O próximo número será publicado em setembro de 2016

IMPRESSO EM PAPEL 100% RECICLADO

Julho de 2016 / 7



Serviço das Publicações